

**O PPA
PARTICIPATIVO
2020-2023**





APRESENTAÇÃO

Instrumento legal de planejamento, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, o Plano Plurianual (PPA) contém as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um horizonte temporal de quatro anos. Este plano sintetiza não apenas o pensamento do executivo baiano consagrado no processo eleitoral, mas dos atores sociais envolvidos na escuta social e de diversos grupos de interesse e *stakeholders*.

O PPA constitui-se, assim, em um documento técnico e político, tendo em vista que sua implementação depende de arranjos institucionais que se dão no âmbito do Estado, junto ao setor produtivo privado e aos movimentos sociais. A construção de planos pactuados, que reflitam as prioridades da sociedade, deixou de ser tendência no Brasil diante das recentes orientações por decisões mais centralizadoras e menos participativas no âmbito do Governo Federal.

A Bahia tem um histórico de 12 anos em que a participação social vem contribuindo para a definição das políticas públicas, ampliando a percepção das demandas sociais e das dificuldades enfrentadas pelo planejamento e gestão dos programas governamentais. Nesse contexto, mantém-se a busca pelo fortalecimento do diálogo com as diversas arenas das estruturas do governo estadual e a sociedade civil cada vez mais organizada.

A visão de futuro para o Estado está delineada no planejamento estratégico de longo prazo, onde se avançou nas etapas de elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado PDI Bahia 2035, que assumiu o papel de bússola para o PPA, sinalizando a Bahia que se deseja alcançar em 2035. Além disso, os macro-objetivos dos 13 Eixos Estratégicos do PDI Bahia 2035 estruturaram as bases estratégicas necessárias para a construção dos Programas e Compromissos do PPA, mantendo o alinhamento entre os instrumentos de longo e médio prazo.

Também contribuíram na orientação à elaboração do PPA 2020-2023, as recomendações do Programa de Governo Participativo (PGP), representando as diretrizes para os quatro anos do governo eleito, assim como as propostas oriundas da Escuta Social nos Territórios de Identidade.

Visando adequar as estruturas do Estado às políticas expressas nesses instrumentos de planejamento realizou-se, no âmbito das secretarias, Planos Estratégicos Organizacionais (PEOs), que construiu Mapas de Negócio, Lacunas de Valor, Análises de Ambiente Externo, Objetivos e Metas para o período

de cinco anos. Parte desses elementos constituintes dos PEOs derivou em componentes para o PPA 2020-2023 justificando a maior integração entre o que se planeja e a capacidade de realização diante das estruturas do Estado.

A estruturação e relacionamento destes instrumentos reflete a busca do Governo Estadual por um planejamento mais integrado e consistente, considerando as múltiplas dimensões da socioeconomia baiana e das instituições responsáveis por implementá-lo.

Conceitualmente, o PPA aperfeiçoou seus componentes (compromisso, iniciativas e metas) com atributos que melhor o qualificam. Para tal, criou os compromissos de expansão/aprimoramento e gestão/custeio, possibilitando maior transparência para o instrumento e introduziu às metas atributos de indicadores, permitindo que sejam melhor monitoradas. A sistemática de elaboração dos indicadores de programas também foi aprimorada com suas definições desde a etapa inicial de elaboração do Plano, trazendo consistência e aderência dos indicadores aos programas.

Tais avanços fortalecem o Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepege) e caminharam na direção de responder às dificuldades identificadas no PPA 2016-2019. Destaca-se, inicialmente, a robustez obtida na dimensão estratégica deste PPA com a existência de um plano estratégico de longo prazo (PDI Bahia 2035) que cumpre o papel norteador da formulação da política pública no Estado. Avançou-se na participação efetiva das Secretarias e órgãos na elaboração dos instrumentos de planejamento do Estado - principalmente, com o advento da elaboração dos PEOs, que tenta assegurar a integração estratégica e tática do PPA subsidiando a formulação de compromissos, iniciativas e metas. Buscou-se ainda fortalecer e aprimorar o processo de participação social, especialmente com ajustes temporais que disponibilizaram os insumos advindos da escuta social para análise no momento das discussões iniciais quando da definição de “Metas e Iniciativas”.

Pelo seu caráter constitucional, o PPA é a peça central no ciclo do planejamento, traduzindo em Programas de Governo os investimentos necessários ao alcance da visão estratégica e orientando as ações a serem executadas anualmente por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei de Orçamento Anual (LOA). Como elemento integrador dos instrumentos legais de planejamento é essencial uma gestão estratégica e adaptativa capaz de avaliar o alcance dos objetivos e retroalimentar os processos envolvidos, sempre na perspectiva de atendimento à sociedade. Seu caráter transversal e intersetorial conduz para uma forte integração do PPA, traduzido como uma ferramenta de gestão e coordenação para garantir a articulação de diferentes órgãos setoriais, grupos, entes federativos e sociedade civil visando a um objetivo comum. A essas dimensões do ciclo de planejamento devem ser agregadas a atuação em rede das Assessorias de Planejamento e Gestão (APG) e responsáveis pelos compromissos, apoiada por uma comunicação eficiente entre os envolvidos.

Aplicado ao ciclo de gestão do PPA, esse enfoque enfatiza a implementação dos programas governamentais, subordinando todas as demais etapas do ciclo à execução dos Compromissos e Metas quadriennais, de forma que os resultados alcançados tenham responsabilidade compartilhada por toda a administração pública. Na lógica de aperfeiçoamento contínuo do ciclo de planejamento, os órgãos e processos de gestão voltam-se para a melhoria das políticas públicas e superação das restrições à imple-

mentação dos programas. Com efeito, os processos de acompanhamento, monitoramento, avaliação inicial e de desempenho dos programas são basilares enquanto instrumentos que subsidiam a tomada segura de decisões pelos gestores.

Por outro lado, entende-se que a gestão é, antes de tudo, um processo político e que a separação entre política e técnica leva à adoção de práticas descoladas do ambiente real em que a ação pública é concebida. O enfoque mais adequado, portanto, parece ser aquele que permite a combinação destas duas dimensões. Vale ressaltar que a gestão do PPA dá-se em um ambiente caracterizado por tensões e conflitos, assimetria de informações, concorrência entre atores e que, nesse sentido, deve manter a perspectiva de equacionar satisfatoriamente os entraves ao Plano, diante do cenário institucional existente.

A importância em solucionar essas questões decorre do risco de se instituir processos de cobrança e controle que se tornam um fim em si mesmos, sem gerar informações úteis à tomada de decisões e sem adicionar qualquer valor para obtenção de melhores resultados. A pactuação prévia posta em curso entre a Secretaria do Planejamento e os órgãos executores, em seus diversos processos (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e de Orçamento Anual, Monitoramento e Avaliação) no que se refere às posições e aos papéis específicos na estrutura de gestão do PPA, vem minimizando a ocorrência desse tipo de conflito e possíveis intercorrências. Cabe fortalecermos ainda mais esse circuito dinâmico oriundo das etapas de planejamento e execução, consolidando a sua institucionalização nas secretarias e seccionais, o que deverá resultar, progressivamente, na prática de uma gestão para resultados, que viabilize o fortalecimento ou a correção de práticas que conduzam aos resultados almejados, em benefício da população.

Desde o PPA-P 2012-2015, ao atual e este, ora aprovado para os próximos quatro anos, os aprendizados vêm sendo incorporados à gestão dos programas em melhorias sucessivas e frequentes, para a articulação dos meios necessários para viabilizar a trajetória das metas definidas para os compromissos e o alcance dos resultados pretendidos para os programas, buscando o aperfeiçoamento dos mecanismos de gerenciamento dos recursos.



LEI Nº 14.172 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

Institui o Plano Plurianual Participativo - PPA do Estado da Bahia para o quadriênio 2020-2023.

O VICE-GOVERNADOR, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Plano Plurianual Participativo - PPA 2020-2023 do Estado da Bahia, que estabelece diretrizes, objetivos e metas de forma regionalizada, conforme o disposto no inciso I do caput e no § 1º, ambos do art. 159 da Constituição do Estado, com a finalidade de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a ação governamental, assegurando a intersectorialidade, orientar a definição de prioridades e ampliar as condições para o desenvolvimento sustentável.

Art. 2º - O PPA 2020-2023 tem como diretrizes estratégicas:

- I - competitividade sistêmica;
- II - melhoria da qualidade de vida;
- III - formação cidadã;
- IV - garantia de direitos;
- V - sustentabilidade ambiental;
- VI - gestão estratégica.

Art. 3º - O PPA 2020-2023, aperfeiçoado nos mecanismos de escuta social, territorialização e integração da ação de governo, está organizado em programas construídos a partir da base estratégica, que orienta e concretiza as políticas públicas a serem desenvolvidas no quadriênio.

Art. 4º - Os programas, individualizados por nome, descrevem, nas suas ementas, os resultados pretendidos no quadriênio, consoante os desafios, as tendências e as oportunidades descritos na respectiva contextualização.

§ 1º - Os programas terão os seus desempenhos aferidos por meio de indicadores e metas.

§ 2º - Os indicadores são compatíveis com a capacidade de promoção de mudanças de um ou mais compromissos setoriais formulados nos programas.

Art. 5º - Os compromissos terão eficácia aferida por meio de uma ou mais metas estabelecidas de forma compatível com o conjunto de iniciativas associadas e expressarão, através dessas, o que será feito para alterar as situações que justificam a implementação dos programas, de modo a atingir os seus objetivos.

Parágrafo único - As ações orçamentárias serão elaboradas considerando as iniciativas, e garantindo a compatibilização entre o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual.

Art. 6º - O Anexo Único desta Lei, contendo o detalhamento dos programas, integra o PPA 2020-2023, ao tempo que, textos introdutórios, quadros e tabelas têm caráter informativo e complementar.

§ 1º - Os valores de recursos financeiros apresentados por programa são orientadores para os orçamentos, não se constituindo, entretanto, em limites à programação das despesas.

§ 2º - A Lei Orçamentária Anual detalhará, no exercício de sua vigência, o valor dos programas.

Art. 7º - A gestão do PPA 2020-2023 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das metas dos compromissos e alcance dos resultados pretendidos para os programas, buscando o aperfeiçoamento dos mecanismos de gerenciamento dos recursos.

Art. 8º - A revisão do PPA 2020-2023 ocorrerá mediante Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo.

Parágrafo único - As revisões promovidas no PPA 2020-2023 serão divulgadas no sítio eletrônico da Secretaria do Planejamento.

Art. 9º - O Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo:

I - como anexo do Relatório de Prestação de Contas Anual, Relatório da Execução do PPA 2020-2023, demonstrando o acumulado da execução da ação governamental no seu período de vigência;

II - no prazo de até 90 (noventa) dias do encaminhamento do Relatório de Prestação de Contas Anual, disponibilizado no sítio eletrônico da Secretaria do Planejamento, o Relatório de Avaliação da Execução do PPA 2020-2023, considerando a evolução da ação governamental no seu período de vigência.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 06 de novembro de 2019.

JOÃO LEÃO
Governador em exercício

Bruno Dauster
Secretário da Casa Civil

Marcus Benício Foltz Cavalcanti
Secretário de Infraestrutura

Walter de Freitas Pinheiro
Secretário do Planejamento

Fabya dos Reis Santos
Secretária de Promoção da Igualdade Racial

Maurício Teles Barbosa
Secretário da Segurança Pública

Josias Gomes da Silva
Secretário de Desenvolvimento Rural

Fábio Vilas-Boas Pinto
Secretário da Saúde

Benedito Sena Braga Filho
Secretário de Turismo
em exercício

Edelvino da Silva Góes Filho
Secretário da Administração

Arany Santana Neves Santos
Secretária de Cultura

Manoel Vitório da Silva Filho
Secretário da Fazenda

Lucas Teixeira Costa
Secretário da Agricultura, Pecuária,
Irrigação, Pesca e Aquicultura

Jerônimo Rodrigues Souza
Secretário da Educação

Davidson de Magalhães Santos
Secretário do Trabalho, Emprego,
Renda e Esporte

Luiz Gugé Santos Fernandes
Secretário de Desenvolvimento Econômico
em exercício

Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro
Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação

Carlos Martins Marques de Santana
Secretário de Justiça, Direitos Humanos
e Desenvolvimento Social

Julieta Maria Cardoso Palmeira
Secretária de Políticas para as Mulheres

João Carlos Oliveira da Silva
Secretário do Meio Ambiente

Cibele Oliveira de Carvalho
Secretária de Relações Institucionais

Leonardo Góes Silva
Secretário de Infraestrutura Hídrica
e Saneamento

André Nascimento Curvello
Secretário de Comunicação Social

Antonio Carlos Figueiredo Dultra
Secretário de Desenvolvimento Urbano
em exercício

Nestor Duarte Guimarães Neto
Secretário de Administração Penitenciária
e Ressocialização



CONJUNTURA ECONÔMICA E CENÁRIO FISCAL

O contexto em que se leva a público o PPA 2020-2023 é desafiador. Por um lado, há a reversão no modelo de desenvolvimento nacional que, iniciado no primeiros anos dos 2000, com intensidades diferenciadas, atuava visando à inclusão social e à atenuação dos desequilíbrios regionais. Por outro, o crescimento econômico global e nacional registrou contínua desaceleração, o que impactou o Brasil afetando sua balança comercial, mercado de trabalho e consumo interno, por exemplo. Desse modo, reviram-se as políticas macroeconômicas do país, pretendendo absorver as consequências mais urgentes dos vários choques internacionais de modo a manter as conquistas sociais e o nível de emprego.

Nesses termos, a proposição de um plano de governo responsável e pertinente deve ser pautada pelo conhecimento e análise do cenário econômico do Estado, considerando suas inter-relações com as principais dinâmicas nacionais e internacionais. Para tanto, traçam-se linhas gerais dessas economias e apontam-se algumas perspectivas para a Bahia nos próximos quatro anos.

Cenário internacional e o Brasil

O cenário internacional, nos últimos anos, foi marcado pela insegurança e aumento dos riscos associados às disputas comerciais entre grandes potências econômicas. As tensões decorrentes da guerra comercial entre Estados Unidos e China seguem como um pano de fundo que traz volatilidade aos mercados. Como consequência, observam-se sinais de desaceleração da atividade na China, além de outros fatores adicionais de riscos no curto prazo, mas com efeitos a médio prazo.

Mais especificamente, a partir do segundo trimestre de 2018, o cenário externo manteve-se vulnerável à alta volatilidade nos mercados financeiros globais e à forte desvalorização das moedas. Esse processo foi mais intenso nos países subdesenvolvidos, tendo em vista a tensão nos mercados internacionais decorrente da elevação dos juros americanos, da valorização do dólar, do aumento dos preços do petróleo e do risco de guerra comercial entre Estados Unidos da América (EUA) e China.

Segundo o relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgado em abril de 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) global, nos anos de 2019 e 2020, deve crescer a taxas de 3,3% e 3,6%, respectivamente. Já a expansão média dos Estados desenvolvidos foi de 2,2% no período, sendo que nos que integram a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o comportamento difere. Enquanto nos Estados Unidos a economia acelerou de forma significativa no ano, com taxa de 2,9%, o Japão registrou PIB de 0,8%, bem abaixo do valor do ano anterior (1,9%). O desempenho dos países da Zona do Euro, com taxa de 1,8%, foi bem mais tímido do que em 2017. Ao mesmo tempo, a economia chinesa cresceu 6,6%, em 2018. De forma geral, porém, a verdade é que a expansão global está declinando.

Essa situação reflete o enfraquecimento da economia europeia, processo pautado pela redução das exportações, pela piora nas condições financeiras da Itália, dentre outros fatores políticos. Desse modo, espera-se que as economias desenvolvidas cresçam, em 2019, 1,8% e, em 2020, 1,7%. Enquanto isso, as economias subdesenvolvidas, categoria em que se enquadra o Brasil, devem avançar mais, 4,4% e 4,8%, nesses mesmos anos.

Ressalva-se que se a situação internacional afeta um largo conjunto de países, os subdesenvolvidos, em particular os mais dependentes de capitais estrangeiros, são os que revelam mais fortemente seus impactos. Isso se observa, entre outros, nas questões fiscais recentes e na reação da atividade econômica, bem como nas relações com parceiros externos. Na América do Sul, em frente aos movimentos da economia, destaca-se a crise na Argentina, importante parceiro comercial do Brasil, e seus graves desequilíbrios na demanda interna.

Diante desse quadro, no Brasil as contas externas seguem com performance positiva, com reduzido déficit em conta corrente, elevado investimento externo e reservas internacionais em torno de US\$ 380 bilhões, o que lhe permite uma situação mais favorável que os economicamente mais frágeis. De todo modo, a situação da Argentina e a desaceleração global tendem a se traduzir em impactos negativos nos termos de troca, afetando o mercado brasileiro de *commodities*.

Cenário Nacional

A conjuntura brasileira observa um momento de retração dos investimentos e da participação do Estado na regulação da economia e na mitigação das questões que resultam na histórica desigualdade social. Essa situação afirma-se, sobretudo, a partir de 2012, com a mencionada desaceleração do crescimento econômico global, o que, evidentemente, repercutiu internamente em empecilhos à trajetória de expansão das exportações brasileiras. Além disso, nos últimos anos, a prolongada estiagem criou um quadro de seca em regiões específicas do país, resultando em demandas de determinados segmentos sociais aos governos.

Esse conjunto de condições implicou em retração do mercado de trabalho, na diminuição nos rendimentos e ampliação dos preços de energia, de alimentos e dos serviços, obrigando os governos a adotarem medidas que visassem minimizar seus efeitos. Foram, então, feitas desonerações de impostos e barateamento de créditos do setor privado. Com isso, a política fiscal absorveu parte do aumento dos custos de energia, bem como financiou ações de combate aos efeitos da seca. Entretanto, por conta da redução de receitas e da expansão de despesas, entre 2013 e 2014, o PIB aumentou em apenas 0,5%, sendo que, nesse último ano, o resultado primário do setor público consolidado revelou um déficit de 0,6%. Diante disso, os quatro anos seguintes visaram ao controle e eficiência dos gastos, o reequilíbrio fiscal.

Entre 2015 e 2016, o PIB registrou a taxa média negativa de 3,4% ao ano, fato decorrente da severa recessão econômica. Junto a isso, houve o agravamento do cenário político e econômico com forte queda do nível de atividade. No início de 2015, diante de certo temor em relação à possibilidade de perda do grau de investimento, o Governo Federal desenvolveu um plano de ajuste fiscal e, para controlar a inflação e o déficit primário, adotou uma política econômica contracionista. Com a descompressão dos preços administrados, houve também um aperto da política monetária, com o objetivo de evitar que a inflação ultrapassasse a meta pré-estabelecida. Assim, a elevação das taxas de juros também contribuiu para influenciar negativamente a atividade e o investimento.

Em 2016, o país atravessava profunda recessão, fato que concorre para um processo que resulta na interrupção de mandato e troca de presidentes. A partir de então, tem-se um redirecionamento da política econômica e no projeto de equilíbrio fiscal, porém, com poucas consequências positivas na dinâmica produtiva.

Salienta-se, ainda, que outros fatores políticos e institucionais, levados a termo pelo poder Judiciário, afetaram a atividade econômica na medida em que ocasionaram, por um lado, em incertezas quanto ao processo político, contribuindo para a deteriorar o cenário macroeconômico, por outro, na retração na operações de empresas nacionais, principalmente dos setores da construção civil e de óleo e gás. Tal situação, entre outros, resultou na elevação do desemprego, cuja taxa, em 2015, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de 8,3% e, em 2018, passa para 12,3%.

No biênio seguinte, observou-se leve recuperação da economia. Em 2017, após dois anos de queda sucessiva, dá-se a ampliação do PIB, que registra 1,0%, com alta em todos os trimestres do ano. Para isso, contribuíram fatores como a política monetária expansionista, a safra agrícola extremamente positiva e um contexto internacional favorável. Além disso, a confiança na política econômica elevou-se. Enfim, sinalizava-se uma reversão da tendência de retração, porém, não se ensejou um processo virtuoso de efetivo crescimento.

O cenário de 2018 foi um pouco melhor. Existiram condições que promoveram uma recuperação gradual da economia, considerando-se a elevada capacidade ociosa na indústria e a retomada, ainda que lenta, do poder de compra das famílias, com os níveis de preços controlados – com taxa de 3,75%, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Do mesmo modo, nota-se a fixação da taxa Selic no patamar de 6,5% em 2018, propiciando condições favoráveis ao financiamento de despesas de consumo e investimento. Entretanto, a confiança de empresários e consumidores oscilou ao longo do ano, tendo arrefecido a partir da paralisação dos transportes de cargas e com a indefinição do processo eleitoral. Tudo isso culminou em um crescimento mais lento do que o esperado no início desse ano.

No fundamental, entre 2016 a 2018 as políticas macroeconômicas adotadas no Brasil foram insuficientes para absorver os vários choques ocorridos no período, no que pese a manutenção das taxas de juros e a inflação abaixo da meta estabelecida. Diante disso, os grandes temas que pautaram a discussão estavam referidos ao cenário fiscal, a medidas que colaborassem para manutenção do equilíbrio entre as receitas e as despesas públicas. De fato, em períodos de crise e de ritmo lento da economia, a receita é a primeira a se ressentir. Por outro lado, a despesa mantém-se em elevação na medida em que a própria crise é fator de sua aceleração, principalmente no que se refere às políticas públicas que devem responder às demandas da sociedade que, em contextos como esse, se avolumam.

Em 28 de dezembro de 2018, a taxa de crescimento projetada para economia brasileira era de 2,6%. O baixo nível da confiança de empresários e consumidores, relacionado com a lenta recuperação econômica e aos níveis elevados de incerteza da política, frustrou expectativas e repercutiu negativamente na evolução do emprego e da situação financeira das famílias.

O cenário para 2019 ainda é incerto. O principal desafio do governo Federal é a situação fiscal o que, segundo alguns autores, junto à retomada dos investimentos em infraestrutura, é necessário para a ampliação dos níveis de crescimento. Quanto às expectativas, a previsão é de um déficit primário do setor público da ordem de R\$ 132 bilhões com governo central contribuindo com R\$ 139 bilhões. Para alguns analistas de mercado, o déficit do governo federal pode ser menor devido às receitas extraordinárias, que poderão ser de R\$ 39,8 bilhões.

Em termos da relação com o mercado externo, o saldo do país diminuiu 9,8% entre janeiro e abril de 2019, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. As exportações (-3,0%) e as transações comerciais (-2,0%), igualmente, se retraíram. De todo modo, as projeções mais recentes da balança brasileira apontam para superávit de US\$ 50 bilhões. Uma previsão, aliás, otimista visto o comportamento dos principais mercados consumidores dos produtos nacionais. A Argentina, por exemplo, registrou intensa recessão e, no primeiro quadrimestre desse ano, o comércio bilateral declinou em taxa de 27,3%. No geral, as exportações do Brasil para lá declinaram 46,5%, a maior queda entre

todos os países com os quais estabelece relações comerciais. Outro grande recuo ocorreu na relação com a União Europeia: as vendas brasileiras reduziram-se em 18,0%. Em contrapartida, exportações brasileiras para a América do Norte cresceram em 8,4% no período.

Entretanto, o mais decisivo para o saldo da balança comercial foi o desempenho com os países da Ásia, que consumiram 44,6% das vendas brasileiras no primeiro quadrimestre de 2019. As exportações a esse continente cresceram a 11,3% e China se tornou o maior parceiro comercial do Brasil. Mesmo as mudanças de rota da economia chinesa não afetaram essa condição, já que ao privilegiar o consumo doméstico, esse país aumentou a demanda de *commodities* agrícolas. O avanço da relação Brasil-China teve ainda um “empurrão” das tarifas impostas pelos EUA, o que pode ser revertido, embora não haja previsão de queda importante da demanda chinesa por alimentos.

Para 2020, com base na Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), mesmo com a estimativa de crescimento do PIB em 2,7%, é provável um déficit primário de R\$ 118,9 bilhões, o sétimo consecutivo desde 2014. Para esse resultado, o governo central contribuirá negativamente com R\$ 124 bilhões e os estados com saldo positivo de R\$ 9,0 bilhões.

Cenário Baiano

A retração do consumo e do investimento gerada pelas políticas fiscal e monetária, combinadas com o ambiente de incerteza e desconfiança, têm conduzido a Bahia a acompanhar o ritmo de crescimento do país. No que compete aos setores de atividade, a produção industrial, em particular de bens intermediários e bens duráveis (no caso, de automóveis), foi a atividade mais afetada pela redução do consumo e dos investimentos. Entre 2015-2018, a economia baiana declinou em média 2,1% ao ano. Setorialmente, os valores adicionados da agropecuária, da indústria e dos serviços, registraram taxa média anual de 2,4%, -4,4% e -0,8%, respectivamente.

A produção agropecuária, nos moldes como é predominantemente praticada no estado, é bastante sensível às variações climáticas, já que a regularidade na distribuição das chuvas é uma condição necessária para seu bom desempenho. Por isso, a influência significativa do fenômeno do El Niño sobre as temperaturas e o regime de chuvas, especialmente dos últimos anos, tem impactado diretamente o desempenho do setor. Em 2016, ano emblemático, ocorreu uma estiagem generalizada sobre o território baiano, atingindo inclusive sua região Oeste, onde as condições edafoclimáticas normalmente permitem uma distribuição mais regular das chuvas ao longo do ano. Naquele ano, praticamente toda a lavoura e toda atividade pecuária foram prejudicadas pela severa estiagem.

Não obstante, em 2018, a safra dos principais grãos (algodão, soja, milho, feijão e café) atingiu um volume recorde de produção. Então, apenas a soja atingiu 6,0 milhões de toneladas, uma marca histórica. Já para 2019, a estimativa de safra dos grãos está em torno de 8,5 milhões de toneladas. Haverá, pois, uma redução no volume produzido em relação ao ano anterior da ordem de 14,3%, ainda que tenha ocorrido expansão a área plantada da ordem de 1,1%, na comparação de 2018-2019, uma extensão de cerca de 3,2 milhões de hectares. Esse resultado vem sendo relacionado a variações climáticas (chamadas “veranicos”), que prejudicaram particularmente as lavouras da soja e do milho no extremo oeste.

Observa-se que no setor agropecuário, a Bahia se sobressai por ser o segundo maior produtor de frutas do Brasil, com importante participação relacionada aos cultivos de mamão, manga, melão, uva, laranja, maracujá, goiaba, cacau entre outros. Esse conjunto representava um valor bruto de produção da ordem de R\$ 3,4 bilhões, em 2017, de acordo com dados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE. Com base nos dados do valor adicionado (VA), para o primeiro trimestre de 2019, o setor agropecuário registrou crescimento de 2,6%, em relação ao mesmo período do ano anterior.

O setor industrial baiano foi fortemente influenciado pela crise nacional e internacional dos últimos anos em decorrência da redução da demanda mundial, das oscilações nos preços das *commodities* e da redução dos investimentos no setor da construção e de infraestrutura. Por isso, em 2018, apresentou queda de 0,2%, o que refletiu os resultados da indústria extrativa (-4,7%), da construção (-3,7%) e da indústria de transformação (-0,4%). Apenas o setor de eletricidade e água observou ampliação (10,2%). No primeiro trimestre de 2019, o VA da indústria recuou 1,0%, comparado ao mesmo período do ano anterior, muito em decorrência da queda na indústria de transformação e na extrativa.

Em relação ao comércio exterior, houve incremento entre 2016 e 2017. Neste ano, as vendas externas baianas exibiram o melhor resultado em três anos, alcançando US\$ 8,1 bilhões, um crescimento de 19,0%. Embora em 2017-2018 essa tendência tenha permanecido, as exportações baianas se ampliaram numa intensidade menor (9,1%), visto a falta de dinamismo no segmento industrial e, fato relacionado, da baixa competitividade sistêmica que atinge, também, esse setor.

Em 2019, entre janeiro e abril, o desempenho do comércio exterior baiano refletiu os processos econômicos globais, a queda nas cotações externas e a crise na Argentina, o que influenciou particularmente as exportações de automóveis produzidos no estado. No mesmo período, suas vendas externas alcançaram US\$ 2,33 bilhões, 6,0% abaixo do verificado em 2018. Ainda em 2019, as importações registraram crescimento de 19,0% no primeiro quadrimestre, alcançando US\$ 2,46 bilhões. O saldo da balança comercial nesses meses, portanto, acarretou déficit de US\$ 126,7 milhões.

Cabe notar que a estabilidade cambial e a continuidade dos investimentos no setor de energia renovável devem continuar atuando para o crescimento das importações de bens de capital, mesmo sem o efeito da retomada da atividade doméstica, que, pelo menos até abril, não exerceu pressão no volume de compras.

O setor de serviços, com maior peso na economia estadual (70,0%), registrou alta do VA de 0,9%, em 2018. As maiores variações positivas foram as do ramo de comércio (1,4%), atividades imobiliárias (1,2%) e na administração pública (1,0%). Já no primeiro trimestre de 2019, o VA desse setor reduziu 0,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Pelo exposto, na Bahia, as expectativas para 2019 estão condicionadas à retomada mais forte do setor industrial que tem a seu favor a elevada capacidade ociosa, juros baixos e elevada demanda por infraestrutura. Porém, diante do cenário apresentado para o primeiro trimestre ano, quando o PIB baiano recuou 0,5%, na comparação com o mesmo período de 2018, denotando o lento ritmo do setor. Presume-se, ademais, que a produção industrial seja impactada negativamente pela queda da demanda interna, influenciada pelos piores níveis de confiança, pelo baixo nível de emprego e de renda. O setor, aliás, mostra sinais de estar em espera frente aos níveis ainda elevados de incerteza econômica.

Numa análise sintética sobre as perspectivas para os setores de serviços e comércio, pode-se dizer que seu incremento depende do aumento da renda agrícola e industrial, associadas à manutenção da inflação dentro da meta e de taxa de juros mais baixa. Há expectativas de que a taxa de juros reduzidas e a diminuição no custo do crédito favoreçam ao financiamento para aquisição de bens duráveis, como automóveis e eletrodomésticos, mas esse aumento do consumo será limitado pelo grau de endividamento das famílias. Afinal, os resultados para o primeiro trimestre de 2019 apontam para queda de 2,1% no volume de vendas do comércio varejista ampliado, atribuído, principalmente, à redução de 7,0% nas vendas de automóveis no período.

Por sua vez, a agropecuária deverá ter contribuição negativa na composição da economia estadual. Isso porque a forte estiagem no início do ano que prejudicou a lavoura, em especial, a dos grãos que têm expressiva participação no PIB do setor, soja e milho.

Nesse cenário, é relevante verificar que entre janeiro a abril de 2019, a Bahia gerou 22.133 novos postos de trabalho, levando em conta a série ajustada, que incorpora as informações declaradas fora do prazo. Tal resultado fez com que o estado ocupasse a sexta posição no país e a primeira na região nordestina quanto à geração de empregos. Todavia, o volume de novos empregos gerados ainda está abaixo necessário para gerar dinamismo na economia baiana já que a massa de rendimentos reais recebidos pelos ocupados registrou queda.

Cenário Macroeconômico e o Cenário Fiscal Baiano

Em vista da conjuntura econômica dos últimos anos, evidencia-se a ampliação da dificuldade dos estados para em manter um ritmo de arrecadação proporcional às necessidades das despesas, que se encontram em trajetória ascendente. Como resultado, a maioria das unidades Federativas vem demonstrando fragilidade fiscal nas suas contas, em diferentes dimensões. A questão é: como é possível mitigar o descompasso entre as receitas e as despesas? Para refletir sobre tal indagação é preciso desenhar prováveis cenários e a possibilidade de maior gestão das metas fiscais, de forma que as necessidades da sociedade sejam respondidas de modo adequado.

O cenário de baixo crescimento econômico e o déficit primário restringiram as ações de política econômica, a busca pela reversão da trajetória fiscal em curso para assegurar a sustentabilidade de médio prazo da dívida pública brasileira. Diante disso, faz-se necessário indicar a existência de possíveis pontos a serem mitigados para que os mesmos não venham a comprometer o cenário fiscal desenhado dos próximos anos. Deve-se considerar, pois, entre outros, a necessidade de retomada do crescimento da atividade econômica; o controle dos gastos; a discussão do pacto federativo referente a questões das previdências estaduais; e a reforma tributária em tramitação. Acrescente-se a possível volta dos investimentos decorrente do programa de concessões e privatizações, o que tende a aumentar a taxa de investimento e, conseqüentemente, contribuir para a elevação do PIB no período 2020-2023.

No que compete à Bahia, ao longo dos últimos anos, assumiu o Limite Individual das Despesas Primárias Correntes financiada com a fonte própria do tesouro estadual para todos os Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública. Esse tipo de medida objetiva reduzir despesas correntes sem comprometer as demandas da população e o funcionamento da administração pública e, assim, criar a possibilidade de novos investimentos. No entanto, o cenário recente envolve situações complexas. Com isso, por vezes, sua resolução embora perpassa caráter estadual, ganha contornos maiores e envolve a questão do pacto federativo, o que é exemplificado, como se disse acima, pelos temas relacionados à previdências estaduais.

Em um ambiente de incertezas, a Bahia está sujeita às mesmas condições econômicas desfavoráveis que têm inibido os investimentos em outros estados. Entretanto, ao longo dos últimos anos, o nível dos gastos em obras e serviços vem marcando sua atuação. Assim, entre 2015 e 2018, seu governo destinou R\$ 10,3 bilhões para investimentos, um valor proporcionalmente maior que o empregado por São Paulo, líder nacional nos últimos quatro anos - o governo paulista, que investiu R\$ 31,9 bilhões no mesmo período, possui orçamento cinco vezes maior que o baiano.

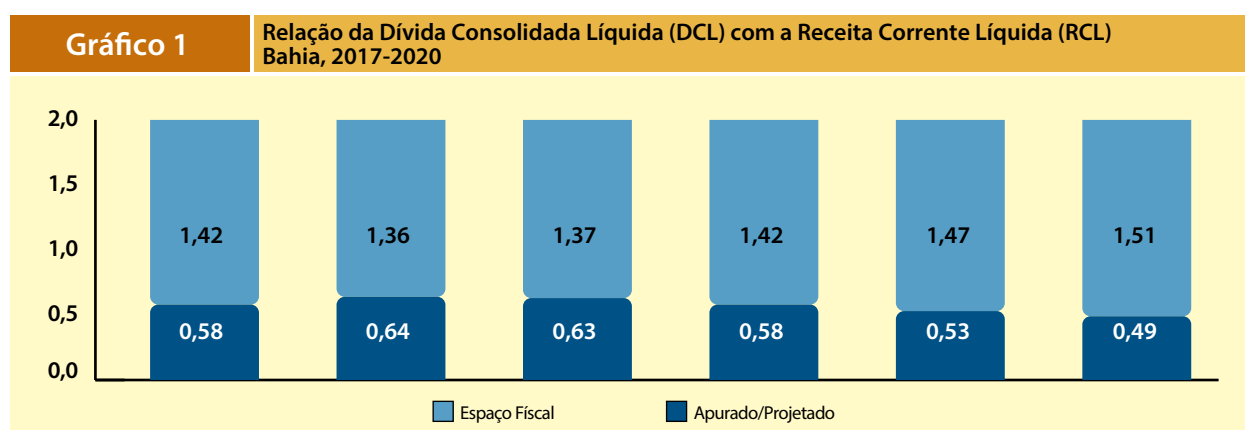
A Bahia figurou, ainda, no grupo de nove estados brasileiros que ampliaram os investimentos no primeiro bimestre de 2019, na comparação com 2015. Nos primeiros meses daquele ano, esses investi-

mentos destinaram-se, principalmente, à mobilidade urbana, à recuperação de rodovias, ao saneamento básico, ao abastecimento de água, à saúde, à contenção de encostas, à agricultura, ao meio ambiente, à segurança, às barragens e à educação. Destaca-se também que o setor de energias renováveis, em especial a eólica, e a política de atração de investimentos colocam-na em proeminência em relação aos demais do país.

No entanto, as perspectivas para os próximos anos estão condicionadas à retomada do crescimento da atividade e à continuidade dos investimentos públicos. Assim como para todas as demais unidades da Federação, a expectativa é que a política econômica que vem sendo promovida em âmbito nacional resulte em aumento do nível de investimentos, redução dos índices de desemprego, ampliação das exportações, redução da vulnerabilidade externa e do risco-país. Como ainda há incertezas com relação aos encaminhamentos que serão tomados nessa esfera de governo, elaborar estratégias e caminhos que busquem alternativas para o desenvolvimento passa a fazer parte das agendas estaduais.

Um importante indicador a se levar em consideração nesse cenário é o nível de endividamento dos estados, ou melhor, a relação entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL), que representa uma medida de capacidade de endividamento cujo limite máximo está definido na Resolução do Senado Federal nº 40, de 20 de dezembro de 2001. Conforme este dispositivo, a DCL, obtida a partir da Dívida Consolidada Bruta descontadas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e demais haveres, não deve ser superior a duas vezes à RCL.

É importante registrar que a programação fiscal para os próximos anos, apresentada nas projeções de dívida líquida bruta com relação a RCL, ao longo dos anos, mantém uma trajetória de estabilidade. Assim, para 2020, estima-se que o nível de endividamento da Bahia esteja em torno de 0,63, alcançando em 2023, cerca de 0,49 (Gráfico 1).



Fonte: Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2020.

Ao delimitar a conjuntura econômica em que o PPA 2020-2023 está inserido, alguns pontos devem ser analisados, principalmente no momento em que se buscam estratégias para o financiamento no médio prazo. Evidentemente, isso é realizado considerando as recentes movimentações na economia mundial que podem se tornar obstáculos para o cenário no curto/médio prazo. Ressalta-se o risco da continuidade do processo de desaceleração da economia global e, na América latina, as dificuldades da Argentina, o que provavelmente exercerá significativo efeito sobre as exportações baianas, principalmente de veículos.

Compreende-se, pois, que a recuperação da confiança pelos agentes econômicos e a continuidade de investimentos públicos são determinantes para a economia baiana nos próximos anos, o que é central para o aumento dos níveis de ocupação e de desenvolvimento. Dessa forma, a política fiscal adotada pela Bahia visa conciliar o compromisso fiscal com a manutenção dos programas sociais e dos investimentos, o que cria base sólida para o crescimento sustentável.

O planejamento das ações do governo para os próximos anos, portanto, consolida-se na perspectiva de compatibilizar crescimento com o fortalecimento das políticas públicas direcionadas a melhoria de vida do cidadão baiano. Sob essa linha de análise, faz-se necessário prudência ao lidar com um ambiente de restrições e de incertezas relativo ao financiamento dos programas do Plano Plurianual.

Em tal ambiente, traçar um cenário prospectivo é desafiador e, ademais, deve levar em conta os condicionantes e consequências imediatas em torno da Reforma da Previdência e da proposta da Reforma Tributária. Sua aprovação, possivelmente, reduzirá as indefinições sobre os encaminhamentos que o Governo Federal dará à questões sobre dívida pública e sobre a simplificação tributária. Porém, seus impactos na socioeconomia dos estados tendem a ser distintos conforme suas estruturas produtivas internas e posição na divisão territorial do trabalho.

Desafios e Oportunidades para a Bahia

Diante dos cenários apresentados, quais as perspectivas para a economia da Bahia em 2020-2023? As previsões para o crescimento do seu PIB são, em média, de 2,4% ao ano. É estimado seu crescimento real do PIB da ordem de 2,5%, em 2020, e de 2,3%, 2,5% e 2,4% em 2021, 2022 e 2023, respectivamente. A projeção da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) apoia-se na maturação dos investimentos estratégicos, bem como nos ajustes fiscais da União e nos riscos advindos da volatilidade da conjuntura internacional. Desse modo, tendo em vista os princípios do equilíbrio fiscal e da gestão responsável das contas públicas, optou-se pelo cenário mais cauteloso, ilustrados no Quadro 1, com outros parâmetros macroeconômicos destacados no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 do Estado da Bahia.

Independente do cenário restritivo, a expectativa é que um novo ciclo de crescimento econômico seja impulsionado pelo setor industrial, destacando-se os de energia, papel e celulose e mineração. Paralelamente, o setor de serviços, que é diversificado e inclui atividades como as de comércio, transporte e armazenagem,

Quadro 1		Parâmetros Macroeconômicos		
PARÂMETROS		2020	2021	2022
IGP-DI (%)		4,00	4,00	4,00
IPCA (%)		4,00	3,75	3,75
INPC (%)		4,00	3,80	3,80
Selic (%)		7,50	8,00	8,00
PIB-BR (%)		2,70	2,60	2,50
Câmbio (real/dólar em 31/12)		3,80	3,82	3,90
Salário Mínimo (R\$ 1,00)		1.040,00	1.082,00	1.123,00
PIB-BA (%)		2,50	2,30	2,50
Agropecuária		3,70	4,30	4,20
Indústria		2,30	1,90	2,10
Serviços		2,50	2,10	2,40
Projeção do PIB BA (R\$ bilhões)		326,7	346,8	368,8

Fonte: SEPLAN/SEI, SEPLAN/SPO, BACEN e PLDO 2020 da União apud PLDO 2020 do Estado da Bahia.

imobiliária e turística, pode contribuir para esse dinamizar esse ciclo. A grande participação desse setor na composição do PIB da Bahia, quando comparado aos resultados do setor agrícola e do industrial, evidencia seu papel como forte elemento de sustentação do crescimento de sua economia.

Nesse sentido, o aumento da produtividade no médio/longo prazos é o meio para alavancar o crescimento sustentável. Para tanto, são necessárias ações direcionadas ao aumento da produção com intensa base tecnológica em setores competitivos que assegurem o investimento privado, sobretudo em bens de capital e duráveis. Esse novo padrão de produção requer trabalhadores mais eficientes e qualificados, com capacidade compatível com as ocupações a serem geradas por tais processos, o que, conseqüentemente, tende a resultar em salários reais elevados.

As oportunidades para se atingir o patamar de crescimento sustentável com redução das desigualdades sociais e regionais estão assentadas não apenas na recuperação da confiança pelos agentes econômicos, mas também no aperfeiçoamento de políticas que são determinantes para o desenvolvimento nos próximos anos. Os investimentos públicos, privados ou Parcerias Público Privadas (PPP) ou concessões públicas serão imprescindíveis para alavancar os projetos de mobilidade urbana, infraestrutura de logística, energia, comunicação e construção civil. A atenção a tais setores guarda relação com sua capacidade de dinamizar a economia estadual e criar um ambiente promissor para atração de novos empreendimentos e consolidação das atividades já existentes, com aumento da competitividade e ganhos de produtividade.

Nesse âmbito, destacam-se as obras de construção e recuperação de estradas, pontes, ferrovias e dos aeroportos de Bom Jesus da Lapa e Senhor do Bonfim. Além disso, há a ampliação da capacidade do Porto de Aratu, relacionada à exportação de produtos agrícolas, e a implantação do Veículo Leve de Transporte (VLT), que vai ligar Salvador a Simões Filho. Outros investimentos estruturantes são o Sistema Viário Oeste (SVO), que inclui a Ponte Salvador-Itaparica, o Porto Sul e Ferrovia Oeste-Leste. Sobre os investimentos privados industriais esperados, entre 2020/2023, estão estimados em R\$ 14,89 bilhões, destacando-se os setores Eletricidade e Gás (R\$ 9,98 bilhões), Minerais não metálicos (R\$ 1,5 bilhão) e Mineração (R\$ 1,0 bilhão).

Cabe observar que a Bahia sempre se destacou em nível nacional no que se refere à produção de energia elétrica. Essa situação foi determinada, durante décadas, pela geração hidrelétrica, particularmente no sistema Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). No entanto, nos últimos anos, as instabilidades climáticas, entre outros fatores, vêm repercutindo numa progressiva diminuição dessa capacidade.

Em contrapartida, verifica-se a ascensão do sistema eólico, aquele em que o vento é o principal componente para que a produção de energia elétrica. Em 2013, a fonte eólica representava tão somente 0,8% (26,47 Mwm) da energia elétrica produzida no estado. Mais recentemente, ela passou a representar aproximadamente 50% (1.268 Mwm) da geração de energia elétrica. Esse expressivo incremento é resultado de investimentos na ampliação do sistema de tal modo que, dos 614 empreendimentos em energia eólica operando no país, 548 estão localizados na Bahia. Com isso, o estado firma-se coloca como a Unidade da Federação com maior capacidade de geração desse tipo de energia.

A consolidação dessa matriz e a provável implantação de novos parques eólicos concorrem para aumentar a infraestrutura energética baiana, o que contribui para o aumento da produção de riquezas, seja a partir dos investimentos diretamente associados a esse tipo de geração, seja pelos efeitos multiplicadores sobre setores fornecedores de insumos e equipamentos.

Em relação à agropecuária, destaca-se que o desempenho do setor está vinculado tanto às condições climáticas, cada vez mais influenciadas pelas mudanças em curso, como aos estímulos a essas atividades, o que en-

volve variáveis tais como preços favoráveis, crédito, assistência técnica e infraestrutura logística (escoamento e comercialização) e acesso a insumos essenciais (água e energia). Observa-se que, na Bahia, essa atividade é extremamente relevante em termos de ocupação da população. Além disso, supera a média nacional e nordestina em termos de proporção da área destinada a estabelecimentos agropecuários com cerca de 27,8 milhões hectares, correspondendo a 49,3% do total de seu território, conforme resultados preliminares do Censo Agropecuário 2017. Por isso, ações governamentais visando à superação dos entraves infraestruturais e ao incentivo das cadeias produtivas da agroindústria familiar e empresarial possuem papel estratégico nos próximos anos.

Dessa modo, em razão da expectativa de um ambiente bastante restritivo para a economia nacional, espera-se, para suas finanças públicas, um período de austeridade e, ao mesmo tempo, de oportunidade para recuperação da capacidade de investimento com recursos próprios. Para tanto, é necessário, nesse contexto, um novo pacto federativo, com uma Reforma Tributária que prime por uma melhor distribuição da arrecadação entre os estados, bem como que se propicie a retomada do crescimento econômico.

PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO

Na Bahia, a partir de 2007, o Plano Plurianual é elaborado dentro de um processo democrático que se respalda na participação social, consubstanciada pela Escutas Sociais, oitivas da sociedade, conduzidas por técnicos da Secretaria Estadual do Planejamento (SEPLAN), nas quais se reúnem as representações dos segmentos institucionais, produtivos, sociais e econômicos, públicos e privados a fim de definir, em ambiente dialógico, suas principais necessidades.

Tendo os Territórios de Identidade como unidade geográfica oficial de planejamento, orientadora da organização da política pública, e entendendo a importância de compreensão das necessidades e demandas de cada um, a partir da ideia de que neles realiza-se a vida, realizou-se Escutas Sociais em todos os 27 territórios da Bahia, tal como delimitados em 2018. Para agrupar os atores desse processo, utilizou-se como espaço de referência para mobilização, e conseqüentemente de participação social, a rede de governança dos Territórios de Identidade, mais precisamente os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (CODETERs). Nesse âmbito, promoveu-se a articulação entre os representantes do governo estadual e os das diferentes instâncias locais, tanto do poder público quanto da sociedade civil.

A participação social no PPA 2020-2023, a exemplo do que aconteceu no PPA 2016-2019, foi executada em diferentes momentos que se inter-relacionaram e se complementaram, perpassando por todo o processo de elaboração deste documento. A proposta foi desenvolvida para que envolvesse diversos atores no âmbito da sociedade civil e das esferas governamentais. As escutas ocorreram no período de 12 de fevereiro a 28 de março de 2019 e contaram com o envolvimento de todas as áreas da SEPLAN, além da participação das demais Secretarias do Estado.

A operacionalização das escutas deu-se, inicialmente, com a elaboração de uma matriz formada por demandas anteriormente priorizadas para cada um dos territórios. Esta lista foi sistematizada levando em conta os seguintes documentos que foram elaboradas em conjunto com os representantes de cada um dos territórios:

- ▶ Plano de Governo Participativo (PGP);
- ▶ Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) Bahia 2035;
- ▶ Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (PTDS);
- ▶ Demandas oriundas de escutas anteriores e que ainda não foram realizadas.

Ressalta-se que esta matriz foi estruturada a partir dos Eixos Estratégicos do PDI: Ciência, Tecnologia & Inovação; Segurança Pública e Defesa Social; Meio Ambiente e Segurança Hídrica; Desenvolvimento Produtivo; Educação; Desenvolvimento Rural; Desenvolvimento Urbano e Rede de Cidades; Saúde; Igualdade de Raça e de Gênero e Povos e Comunidades Tradicionais; Assistência Social e Garantia de Direitos; Infraestrutura e Logística; Cultura e Gestão Governamental.

Na realização das escutas territoriais, após a apresentação sobre PPA, da importância da escuta social e dos procedimentos de sua operacionalização, iniciou-se a discussão em plenária sobre cada proposta contida na matriz elaborada pela SEPLAN. Nesse contexto, cada uma das propostas elencadas, ao ser analisada, poderia ser validada integralmente, complementada ou excluída. Além disso, passando pela validação da plenária, novas proposições poderiam ser incluídas na listagem previamente construída. Ao final deste, cada participante selecionava, através de formulário, 10 propostas, e as 30 propostas mais votadas saíam como as mais significativas necessidades do território.

Concluídas as escutas, foi elaborada uma matriz com as propostas prioritárias para cada território agrupadas por tema, que, considerando as respectivas áreas de atuação, foi encaminhada às diversas Secretarias de Estado para que fossem analisadas e subsidiassem a elaboração do planejamento para o período 2020-2023.

Nas 27 escutas realizadas foram registrados 2.530 participantes dos diversos Territórios de Identidade, e analisadas um total de 2.262 propostas, entre propostas oriundas de demandas anteriormente priorizadas e propostas novas, surgidas nas plenárias. Destas, 860 foram eleitas por votação como prioritárias e incluídas no PPA. A distribuição dessas informações por Território de Identidade encontra-se na Tabela 1:

Tabela 1						
Número de Participantes e Propostas por Territórios de Identidade						
Território	Número de participantes	Propostas Apresentadas	Propostas Novas	Total de Propostas	Propostas Aprovadas	Propostas Priorizadas
Bacia do Jacuípe	99	45	28	73	65	32
Bacia do Paramirim	76	62	17	79	68	30
Bacia do Rio Corrente	54	74	13	87	71	30
Bacia do Rio Grande	88	70	23	93	66	30
Baixo Sul	59	77	17	94	88	32
Chapada Diamantina	63	65	29	94	67	36
Costa do Descobrimento	111	86	9	95	71	30
Extremo Sul	92	40	23	63	58	30
Irecê	214	68	81	149	81	30
Itaparica	110	44	28	72	66	32
Litoral Norte e Agreste Baiano	111	51	27	78	67	33
Litoral Sul	157	50	62	112	104	32
Médio Rio de Contas	68	53	30	83	79	35
Médio Sudoeste	64	47	9	56	48	37
Metropolitano de Salvador	98	72	49	121	95	30
Piemonte da Diamantina	68	52	28	80	69	30
Piemonte do Paraguaçu	46	56	20	76	51	31
Piemonte Norte do Itapicuru	74	46	25	71	60	35
Portal do Sertão	117	65	24	89	84	31
Recôncavo	134	54	23	77	55	33
Semiárido Nordeste II	73	50	11	61	56	33
Sertão do São Francisco	66	58	36	94	82	33
Sertão Produtivo	83	40	13	53	45	30
Sisal	105	60	12	72	69	30
Sudoeste Baiano	58	62	6	68	64	30
Vale do Jiquiriçá	93	63	37	100	75	35
Velho Chico	149	61	11	72	52	30
Total	2530	1571	691	2262	1856	860

Fonte: SEPLAN/DPT, 2019.